



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

EULA REGINA CIDADE ALMEIDA

**O QUINHÃO DA VILA DE PEDRINHAS (SANTARÉM NOVO,
PARÁ) E O ENSINO DE HISTÓRIA:
A vivência como estratégia de aprendizagem**

ANANINDEUA - PA
2018

EULA REGINA CIDADE ALMEIDA

**O QUINHÃO DA VILA DE PEDRINHAS (SANTARÉM NOVO,
PARÁ) E O ENSINO DE HISTÓRIA:
A vivência como estratégia de aprendizagem**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Ensino de História apresentado a Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de especialista em Ensino de História, sob orientação do Prof. Dr.º Francivaldo Alves Nunes.

ANANINDEUA - PA
2018

EULA REGINA CIDADE ALMEIDA

**O QUINHÃO DA VILA DE PEDRINHAS (SANTARÉM NOVO,
PARÁ) E O ENSINO DE HISTÓRIA:
A vivência como estratégia de aprendizagem**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Ensino de História apresentado a Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de especialista em Ensino de História, sob orientação do Prof. Dr.º Francivaldo Alves Nunes.

Conceito:

Data da defesa: 17/09/2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.º Francivaldo Alves Nunes
Universidade Federal do Pará
Orientador

Profª Drª Sidiana da Consolação Ferreira de Macedo
Universidade Federal do Pará
Examinadora

Profª Drª Gisely Damasceno Furtado
Universidade Federal do Pará
Examinadora

O QUINHÃO DA VILA DE PEDRINHAS (SANTARÉM NOVO, PARÁ) E O ENSINO DE HISTÓRIA: A vivência como estratégia de aprendizagem

THE QUINHÃO DE VILA DE PEDRINHAS (SANTARÉM NOVO, PARÁ) AND THE TEACHING OF HISTORY: The experience as a learning strategy

Eula Regina Cidade Almeida¹

RESUMO

A presente pesquisa aponta para a importância da história local no currículo escolar e a valorização da memória para a compreensão e resgate de sua identidade histórica e social. A relevância deste trabalho está na compreensão do desenvolvimento de metodologias que favoreçam um ensino de História comprometida com a inserção da história local em sala de aula, valorizando o cotidiano dos alunos. O objetivo do artigo é expor a importância da história local no ensino de história, tendo como exposto a análise do Quinhão, uma prática comum na Vila de Pedrinhas, localizada na região nordeste do estado do Pará Vila de Pedrinhas, refletindo dentro do currículo do colégio Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe localizado em Ananindeua. Desta forma, foi possível perceber a importância das muitas práticas que ainda existentes em vilas e como elas podem ser excelentes meios para o ensino e aprendizado na disciplina de história. Diante dessas evidências, observamos que a história local pode contribuir ao sentimento de identidade e pertencimento, além de que práticas como essas existentes em Pedrinhas, precisam ser conhecidas pela comunidade estudantil, pois demonstram as continuidades e rupturas de um passado que muitas vezes para os alunos é apenas passado, no entanto, são características que fazem parte de uma construção em que todos participam, não podendo ser ignorada ou esquecida, como resultado houve a promoção de uma atividade em sala de aula.

Palavras-Chaves: Aprendizagem. Quinhão. Ensino de História. História local.

ABSTRACT

The present research points to the importance of local history in the school curriculum and the valorization of memory for the understanding and rescue of its historical and social identity. The relevance of this work lies in the understanding of the development of methodologies that favor a teaching of History committed to the insertion of local history in the classroom, valuing the daily life of the students. The purpose of this article is to expose the importance of local history in the teaching of history, having as an exposition the analysis of Quinhão, a common practice in Vila de Pedrinhas, located in

¹ Graduada em licenciatura em História (2016), aluna do curso de Especialização no Ensino de História da UFPA.

the northeast region of the state of Pará Vila de Pedrinhas, reflecting within the curriculum of the college Teaching Core Small Prince located in Ananindeua. In this way, it was possible to perceive the importance of the many practices that still exist in villages and how they can be excellent means for teaching and learning in the discipline of history. In the face of this evidence, we observe that local history can contribute to the feeling of identity and belonging, and that practices such as these exist in Pedrinhas, must be known by the student community, as they demonstrate the continuities and ruptures of a past that often for students is only past, however, are characteristics that are part of a construction in which all participate, can not be ignored or forgotten, as a result there was the promotion of an activity in the classroom.

Keywords: Learning. Quinhão. Teaching History. Local history.

APONTAMENTOS INICIAIS – ENTRE MÉTODOS E CONCEITOS

Este artigo tem por objetivo geral, entender a importância da história local no ensino de história, tendo como exposto a análise sobre as práticas do *Quinhão* da vila de Pedrinhas, e a visita a feira do Distrito Industrial pelos alunos do Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe e as experiências vividas a partir do contato entre ambos na sala de aula. São objetivos específicos, perceber como a história local pode ser incluída no currículo; expor uma atividade realizada em uma escola em Ananindeua, em que fora relacionada a história local e as vivências como uma possibilidade, compreender em que ponto a história local pode ajudar no ensino e aprendizado. Perceber as vivências e o cotidiano do aluno como estratégias no ensino e aprendizado para a disciplina de história.

A justificativa desta trabalho, consiste em perceber que a história local pode contribuir ao sentimento de identidade e pertencimento. A relevância deste trabalho está na compreensão do desenvolvimento de metodologias que favoreçam um ensino de História comprometida com a inserção da história local em sala de aula, valorizando o cotidiano dos alunos.

Não existe uma receita de bolo para a construção de uma aula de história perfeita, todavia o que seria uma aula perfeita? Várias perguntas nascem quando se fala no papel do professor e a forma que ele deve conduzir o ensino e aprendizado. A possibilidade seria buscar compreender os papéis dos sujeitos envolvidos nesse processo, ou seja, do professor e do aluno, obviamente não é apenas a relação entre aluno e professor que corrobora para o aprendizado, fatores como carga cultural, meio em que se vive, a estrutura da escola, recursos educacionais, método pedagógico, sua história de vida ou de sua comunidade são importantes requisitos que devem ser analisados e sempre levados

em consideração em sala de aula. Esse modo de pensar está evidente na fala de Katia Abud (2005), para esta autora o:

“O conhecimento escolar não pode ficar preso a análises de processos puramente cognitivos, independentes da vivência dos alunos, que lhes dá sustentação: o cognitivo é sempre sócio cognitivo” ou seja, a partir da realidade que ele vive. Os alunos tendem a elaborar conceitos de acordo com sua experiência vivida e não formalizam o conhecimento históricos, se não tiverem a possibilidade de vivenciar movimentos e conceitos históricos, colocados em questão na sala de aula de aula. Os indícios fornecidos pelos textos históricos, sejam eles o texto expresso pelo professor ou do manual didático, es concretizam no momento em que outros elementos da aprendizagem entram em jogo, como analogia e a empatia (LANTIER, *apud* ABBUD, 1994, p. 45).

Assim, o conhecimento escolar não está ligado somente a conteúdos flutuantes expostos no livro didático aleatoriamente, mas a um conjunto de significados trazidos pelos alunos em si mesmo. No entanto a preocupação em relação ao ensino é ampla e nova e tem suas raízes fincadas no processo de renovação que ocorrera anteriormente no movimento historiográfico.

A Escola dos Annales, movimento historiográfico surgido na França no início do século XX, marcou a *Nova História* através da interdisciplinaridade, como segue na seguinte passagem do historiador Jacques Le Goff, (1996, p. 94), “os historiadores têm que ser geógrafos, juristas, sociólogos, psicólogos”, ou seja, a reprodução do passado pode ser mediada por um desses conhecimentos. Acreditamos que esta mesma reflexão pode ser feita quanto a experiência docente, exigindo do professor que esteja disponível a agregar experiência produzidas em outras áreas do conhecimento, assim como deve estar disponível a trabalhar de forma interdisciplinar, dialogando com outros saberes.

Propor a utilização de recursos, métodos ou estratégias novas, são de extrema importância para o ensinar História, pois os mesmos facilitam o aprendizado discente e melhoraram o desenvolvimento cognitivo do sujeito, estimulando sua capacidade de pensar criticamente e de solucionar problemas. Para isso, utilizamos como reflexão, os estudos de alguns autores entre eles, Cristian Laville, (1992) e os debates sobre as narrativas no ensino de História; Maria Aparecida Toledo (2010) e suas reflexões quanto a História local, historiografia e ensino; Katia Maria Abud (2005) e suas análises sobre os processos de construção do saber histórico; Luís Fernando Cerri (2011) e sua leitura sobre consciência histórica e as implicações didáticas; e os trabalhos de Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Maria Braga Garcia (2005) quando pensam a formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História.

Diante desse contexto inovador na historiografia do ensino, o docente deve reformular seu método, redefinindo seu papel no processo de ensino aprendizagem, onde

o mesmo pode recorrer aos mais diversos recursos, enfatizando o aluno como sujeito coadjuvante na produção de conhecimento na disciplina História. A partir da questão reformulada anteriormente, que perpassa pela necessidade de construção de estratégias de ensino que aproxime os conteúdos trabalhados em sala de aula, com a realidade dos alunos, que apresentamos a proposta deste trabalho. No caso, se trata de uma reflexão sobre as experiências de vida em uma comunidade rural do interior do Pará, vila Pedrinha, e como estas foram trabalhadas nas salas de aula do colégio Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe, localizada no Município de Ananindeua.

Com esta atividade, pôde-se perceber que os fatores como, a relação professor e aluno e as condições materiais de aprendizagem foram a porta central para se chegar ao objetivo final da disciplina história, e esse pensamento sobre os objetivos da disciplina, e suas funções remetem ao que Laville (1999, p. 137) enfoca em seu trabalho sobre a função social do ensino de história que muitas vezes estão presente nos discursos, que consiste em “formar indivíduos autônomos e críticos e leva-los a desenvolver as capacidades intelectuais e afetivas adequadas, fazendo com que o trabalhem com conteúdo históricos abertos e variados, e não conteúdos fechados”.

Formar um aluno crítico é a grande ambição de um professor de história, no entanto um desafio pois, é possível perceber em sala de aula que para o aluno, na grande maioria os conteúdos são tão distantes, que eles não se interessam, tampouco percebem a importância da história para a sua realidade. Assim alunos e professores precisam de uma nova visão sobre o ensino e o ensinar. Maria Auxiliadora Schmidt e Tania Maria Braga Garcia, promovem um debate acerca da necessidade da reformulação da escola, ou melhor nos conteúdos, e para isto segundo ela é necessário promover uma mudança nas series iniciais, para que esse aluno tenha uma formação da consciência histórica.

Trata-se da possibilidade de aproximar professores e alunos das formas como são produzidos os saberes, permitindo que eles se apropriem e/ ou construam maneiras pelas quais esses saberes possam ser ensinados e apreendidos. E, nessa direção, torna-se possível compreender que a forma pela qual se produz o conhecimento histórico hoje não é a mesma dos historiadores do século XIX e que, portanto, a forma de ensinar história não será a mesma também (SCHMIDT & GARCIA, 2005, p. 305).

Para estas autoras, a aula se transforma em uma possibilidade para formação da consciência histórica, quando alunos e professores participam na elaboração do conhecimento. Neste aspecto, a aula deve ser um espaço de compartilhamento de significados. Corroborando a esse pensamento, Luís Fernando Cerri, (2011), afirma que a consciência histórica é inerente ao ser humano, ou seja todos a possuem, ela advém de

nossa memória, e da memória coletiva, assim nós escolhemos nossas posições levando em consideração a nossa consciência histórica, que se compõe de nossa memória individual ou do grupo. Neste aspecto, o passado que compõe as nossas memórias, remete ao nosso presente e projeta o futuro. Assim, a consciência histórica além de ser inerente está em todos os espaços e deve também ser levada em consideração principalmente na escola.

No campo do ensino de história, a consciência histórica tem uma enorme importância pois, o professor dessa disciplina participa ativamente, voluntariamente ou involuntariamente, como um protagonista, na constituição da identidade do outro, existindo aqui uma ligação do ensino de história e consciência histórica.

Essa maneira de conceber o ensino, ou seja, um aluno questionador, crítico e participante, tenta quebrar um paradigma que ainda é marcado por suas origens desde o século XIX, por exemplo, o conhecimento das datas cívicas, ainda se espera que o aluno saiba o motivo de um feriado, ou que saiba e goste do hino nacional, desconhecendo, portanto, sua origem e seu significado. Contudo, não conhecer sua historicidade, que segundo o professor Cerri (2011), se complementam dos sujeitos envolvidos, o contexto em que aquilo aconteceu, os antecedentes ou o discurso que está imbricado seja em coisas, intuições, ideias, objetos ou situações entre outros.

Tem muita validade, um ensino de história que leve em consideração a historicidade e não somente a linearidade das coisas. Perceber as coisas como tendo sua própria duração e em construção, são questões fundamentais. Desta forma, no ensino de história, o pensar historicamente deve ser promovido, segundo o professor Cerri (2011), é necessário entender os sujeitos, e não levar em consideração ideias sem antes perceber o tempo, as peculiaridades culturais, posicionamentos políticos e classe social.

Na escola, o ensino de história deve gerenciar o fenômeno pelo qual os saberes históricos são propostos, escolhidos e modificados, não apenas a exposição dos mesmos como se os alunos de alguma forma estivessem em “branco” e suas experiências de vida, ou seja, o saber do mesmo, seja totalmente ignorado. Neste aspecto, o ensino deve abarcar os conteúdos, ou seja, o saber científico e o saber do aluno, afinal, se todos os seres humanos são dotados de consciência histórica, pois está intrínseca ao mesmo, o aluno sempre terá algo a colaborar e a oferecer.

Partindo desta construção teórica, que selecionamos como recurso metodológico o *Estudo de Caso*, que permitiu uma aproximação significativa com os sujeitos da pesquisa, facilitando as observações e diálogos com os mesmos, durante o tempo de estadia

no local. Deve se considerar ainda, que a observação participante e a entrevista foram utilizadas como instrumentos de coleta de dados, sendo seus objetivos alcançadas a partir desses procedimentos. A entrevista foi aberta, na comunidade de Pedrinhas, e contou com a participação de quatro moradores que realizam as atividades de pesca/ artesanato, extração de caranguejo e produção de farinha do referido lugar, e na feira do Distrito Industrial contou com a participação de 3 pessoas. A seleção destes informantes, se deu pelo fato de ambos vivenciarem a realidade.

Este trabalho nasceu, da observação das práticas cotidianas na vila de Pedrinhas, desde a extração do caranguejo, pesca, e agricultura local, e como essa dinâmica pode ser uma possibilidade para promover o ensino nas escolas do estado, da região. A maioria das famílias que moram no vilarejo vivem da economia de subsistência. Esse espaço rural ainda é marcado por uma economia baseada na troca de serviços, ferramentas, ou mesmo itens perecíveis, que os moradores como *Quinhão*.

A busca por novas possibilidades de inclusão ao ensino, elencando a história local como uma forma de proporcionar um crescimento do processo de ensino e aprendizagem e devem ser sempre pensadas e proporcionadas, assim, este artigo pretende analisar como a economia do vilarejo de Pedrinhas, baseada no *Quinhão*, e de que forma ela se estabelece nas relações cotidianas dos moradores da vila, e o como engendram as práticas, as formas de viver dentro dessa comunidade, podem ser viés para o ensino de história e elemento facilitador no processo de ensino aprendizagem dos alunos em outras regiões do estado.

Este artigo está dividido em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na segunda parte, procuramos apresentar os diálogos existentes entre o ensino de história e a história local, assim como as experiências de vida e produção na vila Pedrinhas, destacando ainda sua localização e aspectos formativos, em relação a experiência do Quinhão. Na terceira parte destacamos algumas narrativas moradores da comunidade serão observadas, e a experiência realizada no colégio Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe em Ananindeua - PA, e descrição de atividade promovida em sala de aula.

A VILA PEDRINHAS, VIVÊNCIAS E HISTÓRIA LOCAL

A história local, compreendida como estudos do processo de formação e transformação de uma região, cidade, município ou comunidade, nos aponta para a

necessidade de se evidenciar estas transformações no espaço de sala de aula, pois, ao dialogar sobre os aspectos de dada região, sejam culturais, sociais ou econômicos, é possível que se construa e promova o fortalecimento da identidade do aluno, sentimento de pertencimento, e com isso passar a observar os atores sociais, de cada lugar.

Segundo Maria Aparecida Toledo (2010, p. 157),

A história local é entendida aqui como uma modalidade de estudos históricos, que ao operarem diferentes escalas de análises, contribui para a construção de processos interpretativos sobre as diferentes formas de como os atores sociais se constituem historicamente. Ou seja, interessa-se pelos modos de viver, coletivos e individuais, dos sujeitos e grupos sociais situados em espaços que são coletivamente construídos e representados na contemporaneidade, pelo poder político e econômico, sob a forma estrutural de “bairros” e “cidades”.

Ter consciência do seu processo histórico, das características do modo em que se vive, sobre o início de sua comunidade ou mesmo da sua cidade, é muito importante para a construção da identidade desse aluno. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), destacam para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, sobre a importância do estudo sobre a história local,

a preocupação com os estudos de história local é de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia (BRASIL, 1998, p. 40)

Os parâmetros curriculares, citam a história local como uma possibilidade de perceber a realidade em que vive, ajudando o aluno observar as relações que permeiam a sociedade. Nas escolas, por muitas vezes, os conteúdos propostos estão além do olhar do aluno, estes por sua vez, aparentam não ter interesse pelos conteúdos apresentados, pois estes estão longe de sua realidade. O que estamos advogando é que podemos construir estratégias ao sobrepor essas informações, ou seja, aproximar os conteúdos ministrados em sala, com a história de sua comunidade, de forma a perceber sua própria realidade. O que pode permitir que este aluno seja provocado a buscar saber mais sobre suas memórias.

Segundo Sandra Pelegrini, (2006, p.28) nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas.

Para esta autora, é de suma importância o conhecimento sobre suas memórias locais, afim de reconhecer-se como sujeito participante da história, do coletivo, sendo a gente ativa da construção local. A sala de aula se torna um palco, onde o ator principal

não é o somente o professor, ele é mais um participante de todo o emaranhado que constituem a escola. É assim que o aluno pode compreender os conteúdos do currículo a partir da ótica cotidiana e dos aspectos culturais da sua região. Estamos trabalhando com a compreensão de que a história local é uma excelente maneira de ensinar história, e a valorização desta constitui um público crítico e conhecedor de sua realidade.

Na maioria das vezes, os alunos não percebem a importância ou atrativos quando falamos apenas no rio de dada localidade, ou de outros países, afinal qual objetivo de conhecer um rio que se localiza na península arábica para uma criança de 11 anos? Desta forma, pensar o próprio espaço e fazendo nele um recorte sobre sua própria construção histórica, não ignorando o currículo, mas dialogando, produz uma aproximação entre o assunto elencado, a história local e a realidade do aluno.

Não é defendido aqui, retirar conteúdo dos desenhos curriculares vigente, e sim ligar os conteúdos, fazer da história local um objeto de pesquisa, e que a partir dele exista as comparações sobre as dinâmicas da sociedade e assim, inspirar os alunos a investigar o mundo e pensar através da dinâmica da sociedade em que ele tem participação.

Segundo, Aparecida Toledo (2010, p. 750),

A história local se redefine no contexto das mudanças historiográficas, as quais trazem para a cena novas temporalidades, o interesse pelo cotidiano e por outros sujeitos históricos decorrentes também da atual aproximação e o fértil diálogo da história com a antropologia e a geografia como áreas de conhecimento.

Para esta autora, a presença da história local nas diretrizes curriculares promovem a interdisciplinaridade, além de práticas que podem ser conhecidas, tornando interessante proporcionar aos alunos problemática na dentro de sala de aula, pois a partir delas os alunos podem ter acesso ao modo que se produz, ou quem os produz, a forma, quem ganha ou perde no processo.

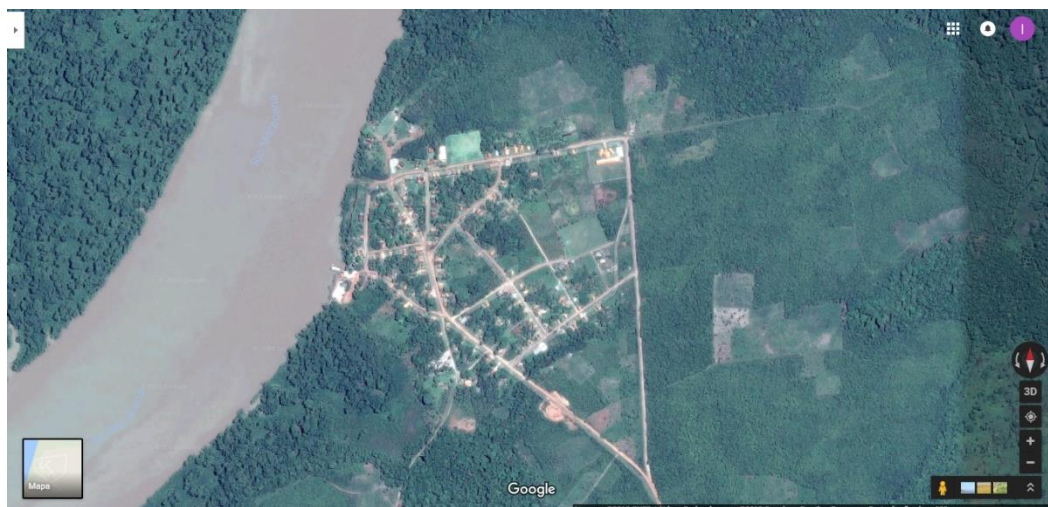
A história local abre o leque de possibilidades ao aluno, conhecer de que forma sua região, cidade, estado ou município, contribui para os mais diversos âmbitos, seja nacional ou internacional. No entanto, de que forma a história local da vila de Pedrinhas e a prática do *Quinhão* seria interessante para o ensino de história? Esta é a questão que buscamos responder.

No caso da vila de Pedrinhas, está entre as 25 comunidades que fazem parte do município Santarém Novo, localizado na Mesorregião do Nordeste Paraense, na Microrregião Bragantina, à margem direita do rio Maracanã. O transporte de entrada e saída da vila, são de iniciativa privada e restritos a dois dias na semana, uma vez que a vila não conta com um a quantidade de carros expressiva.

“De Belém a Santarém Novo percorrerá pela BR 316, em seguida pela PA 324 (Belém - Salinópolis) até o trevo da entrada do município na Vila do Pau Amarelo, com acesso a PA 438 que liga a cidade de Santarém Novo” (SANTARÉM NOVO, 2018). A comunidade de Pedrinhas está uma distância de 198 quilômetros da capital do Estado, Belém, com cerca de 700 pessoas, com um número de 200 famílias. É possível ter acesso ao vilarejo por estrada ou via fluvial.

A figura abaixo mostra a comunidade de Pedrinhas e suas dimensões.

FIGURA 1 -Vila de Pedrinhas.



Fonte: Google Maps, 2018

Sobre a fundação da Vila de Pedrinhas, segundo os registros a cerca de 55 anos, o município de Santarém Novo foi emancipado da cidade de Maracanã, no entanto existe uma história de cerca de mais de 50 anos da vila, período que vem se desenvolvendo em passos curtos, conservando aspectos tradicionais como vegetação, organização familiar, trabalho e educação.

As casas em sua maioria feitas em alvenaria, porém, ainda é comum algumas casas em taipa, uma mistura de barro molhado e madeira. Vale ressaltar que a maioria das casas de alvenaria são frutos de programas sociais em parceria com o Governo Federal, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009, que tem como objetivo a possibilidade ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia, construindo uma nova casa ou reformando a existente. As fotografias a seguir demonstram as características das construções e das ruas do vilarejo, as *casas de projeto* como são chamadas, e as casas de Taipa.

FIGURA 2- Casa de alvenaria, vila Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

A comunidade possui 22 ruas de chão (terra batida), em sua maioria largas. O relevo da vila é formado por ladeiras e morros, onde é possível perceber matas originais com árvores, por todos os lados. A fotografia a seguir é de uma rua principal da comunidade.

FIGURA 3- Rua Principal, vila Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

Sobre a estrutura do vilarejo, este possui uma escola chamada, Escola Municipal Santa Lucia, atendendo ao público do Ensino Fundamental, de 1º ao 5 ano, com cerca de 150 alunos. Sua estrutura física disponibiliza 6 salas de aula, dois banheiros, salas de coordenação, pátio, cantina e refeitório.

Outros equipamentos comunitários também podem ser observados, como um posto de saúde com quatro salas e uma recepção, no entanto não funciona a dois anos. Os moradores do vilarejo quando precisam de assistência médica, se locomovem a capital ou para Salinópolis, a cidade mais próxima e que oferece melhor condição de atendimento, considerando os municípios vizinhos.

Entre outros aspectos da estrutura da vila, possui uma Associação de Corte e Costura, atendendo 8 mulheres. Nesse local as mulheres da vila aprendem as técnicas para a costura, socializam experiências e etc. Para as comunidades que tem como base de sustentação a atividades agrícola e pesca, como demonstraremos posteriormente, a experiência da associação é fundamental. No caso, trata-se de um espaço que atenta para a profissionalização de mulheres e homens interessados com a arte do corte e costura, mas também se constitui como local importante para agregar pessoas, reunir amigos e compartilhar valores e experiências, dinamizando a vida em comunidades. A reprodução a seguir mostra fachada da frente do prédio que abriga as atividades da associação de corte e costura.

FIGURA 4- Associação de corte e costura, vila Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

A economia da vila é baseada na pesca artesanal, agricultura de subsistência. De acordo com Augusto Manuel Correia (2013, p. 53), “os sistemas de subsistência, como o nome indica, são sistemas que visam fundamentalmente a sobrevivência do agregado familiar o que os torna muito mais resistentes a qualquer mudança”, como se observa na comunidade de Pedrinhas. Além da agricultura, a extração de caranguejo é também observada. A maioria dos moradores são pescadores e retiram sua sobrevivência dos mangais do rio Maracanã, outros são aposentados que se refugiam na vila em busca de paz e tranquilidade.

FIGURA 5- Rio Maracanã



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

A natureza para algumas sociedades, inclusive a brasileira, sempre foi um objeto de apropriação de territórios. Como afirma Gilmar Arruda (2006, p. 111), “a natureza serviu e serve como suporte para os discursos e práticas que marcam os limites, as fronteiras entre o europeu e o nativo; entre o civilizado e o bárbaro; entre o progresso e o atraso; entre o urbano e a mata, etc.” A partir desta percepção, é importante compreender a natureza, e o que pode oferecer ao homem, e como ela tem sido utilizada. Para além, dessa forma de suporte de discursos, a natureza pode ser uma rica possibilidade de aprendizagem ao aluno nos conteúdos de história.

Na vila de Pedrinhas, assim como vários outras comunidades, homens e mulheres retiram do solo, dos rios ou das florestas os recursos para sua sobrevivência. Assim, essa comunidade possui seu tripé de atividades que a mantém. A agricultura é uma das bases da economia em vila de Pedrinhas, desenvolvida a partir de um lugar

chamado aqui de roça. Este local pode ter várias dimensões, em Pedrinhas a medida é a *braça*, chamada de *arefa*, que equivale a 50 x 50 metros quadrados.

O manejo do solo, ou seja, a roça aqui é feita manualmente, por não existir máquinas a disposição para fazer tal processo. É chamada de roça de toco. Primeiro se exerce a derrubada da mata, em seguida a queimada do mato e limpeza da área para o plantio. Um processo longo demorado que exige empenho e dedicação para que esta cresça e consiga desenvolver a plantação. No período anterior a colheita é feita a chamada “capina”, que é a limpeza da área plantada realizada duas vezes, sendo necessária para um pleno desenvolvimento da área.

As atividades de pesca e extração do caranguejo, são realizadas durante o ano, com períodos de pequenas pausas, nessas duas atividades existe uma predominância masculina, na segunda, é necessário ao caranguejeiro a habilidade para tal.

Os produtos que são plantados na roça, pescados ou extraídos, fazem parte da subsistência dos moradores local. Entre os mais importantes produtos que fazem parte do tripé econômico se destacam o plantio da maniva, a cata do caranguejo e atividade da pesca

Segundo, Embrapa (2016, p. 16,17),

O Para é atualmente o maior produtor nacional dessa cultura, rivalizando com Paraná, Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, entre os maiores produtores. Tornou-se elemento comum da paisagem local, o deslocamento de dezenas de caminhões em direção a Belém e outros centros urbanos, nas tardes de sexta-feira, trazendo colonos do Nordeste Paraense, para comercializar farinha nas manhãs de sábado em diversas feiras livres da cidade, e o seu retorno no sábado.

Como observado, o Pará está entre os maiores produtores da mandioca do Brasil. Para além, de sua importância fora dos limites do Estado para as populações da Amazônia, esse produto é a base de uma culinária paraense, que resiste e mantém suas raízes indígenas desde a plantação, manejo, colheita e produção. Para a Embrapa (2016, p. 27),

isto revela a importância dessa cultura na dieta alimentar dos nortistas, principalmente relativa a produtos como farinha de tapioca, goma, farinha de mesa, tucupi, fécula (polvilho), etc. Suas folhas também são usadas na culinária, além de servir para ração e ser insumo de indústria. Destaca-se que, na região Norte, essa cultura é largamente produzida pelos pequenos produtores, por isso é plantada nos municípios dos sete estados da região Norte, que possui a maior produção brasileira.

FIGURA 6- Preparo da mandioca no tipiti, vila Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

A fotografia acima demonstra um dos passos para o processo de feitura da farinha de mandioca. A maniva, planta responsável pela produção da farinha, passa por um longo processo até chegar na mesa da grande maioria das pessoas do Estado. Em média oito meses são necessários para a mandioca estar pronta, assim poderá ser colhida e processada e virar a famosa farinha d'água, que por sua vez é um dos itens indispensáveis na dieta paraense.

De fato, o produto bem querido pela maioria das pessoas, no entanto, como se dá o processo de feitura desse alimento? Esse processo milenar faz parte da experiência de produção indígena, que foi deixada por sociedades antigas e que ao passar do tempo foi melhorada e desenvolvida. Segundo, Embrapa (2016, p. 16), “como os indígenas descobriram que, a partir do tubérculo dessa planta, poderiam fabricar a farinha, além de outros subprodutos, constitui-se um mistério de inventos anônimos, traduzido em diversas lendas indígenas”.

O trabalho que começa na roça, segue até a casa de farinha, local onde é processada. Entre a colheita, o moer, o tritar, espremer e torrar muitas mãos são necessárias. Homens e mulheres e as vezes família inteiras passam de dois a três dias se ajudando e no final, algumas sacas de farinha, resultado de quase um ano de trabalho. A

fotografia abaixo, representa uma casa de forno, momento em final do processo de feitura da farinha.

FIGURA 7-Farinha sendo torrada, vila de Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

As famílias da vila de Pedrinhas, tem a sua produção de farinha voltada para o próprio consumo. Por conta das dificuldades em relação ao material utilizado, não existe uma produção com uma carga expressiva, a produção familiar ainda guarda características antigas, o que segundo Embrapa (2016, p. 44),

O fordismo e o taylorismo primitivo que prevalecem numa casa de farinha, com divisão de tarefas – mulheres descascando a mandioca, uma segurando a parte suja de terra e repassando para a outra segurando a parte já descascada – , ainda prevalece nos dias atuais. A divisão de trabalho, com homens, mulheres e crianças na torrefação da farinha, para consumo e para venda do excedente, como ponto de encontro e de troca de dias, faz parte do cotidiano da pequena produção. Caracterizada pela baixa produtividade da terra e da mão de obra, a rentabilidade está sujeita a perdas no trajeto da comercialização, proporcionando baixa remuneração da mão de obra.

Quanto à cata do caranguejo, em vila Pedrinhas, assim como em várias outras regiões do Pará, este trabalho começa as cinco horas da manhã. Trata-se de uma atividade em que predomina a mão de obra masculina. A atividade exige força e habilidade por

parte do caranguejeiro. Segundo Marcelo do Vale Oliveira e Maria Cristina Alves Maneschy (2014, p. 134), geralmente “os ‘tiradores’ detêm elaborado conhecimento sobre o ambiente em que atuam, incluindo os ciclos biológicos do caranguejo, as fases lunares e as marés, que influenciam na organização e nas técnicas de captura”.

FIGURA 8 - Extração de Caranguejo, vila de Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

Como se observa, trata-se de um trabalho insalubre pois na maioria das vezes o profissional precisa improvisar, como por exemplo, uso do óleo de motor que passam no corpo para espantar as pragas, carapanãs e etc. Além disso, tem-se o uso do tabaco, pois a fumaça também ajuda a espantar as pragas, e alguns utilizam a cachaça para “esquentar o corpo”.

Marcio da Cruz, caranguejeiro de 31 anos, ao contar sobre sua experiência afirma que, muitas vezes o indivíduo que vai ao mangal não tem o material necessário para o trabalho, o que torna ainda mais difícil e perigoso. Em uma das experiências que teve conta que:

“No ano passado, as cinco da manhã eu sai de casa como de costume, só que dessa vez eu fui sozinho, com meu material, a pezeira², luva e anzol e fui pro mangal. Chegando lá senti um cheiro estranho, forte, e logo percebi que no

² *Pezeira*, em geral corresponde a capas feitas em pano pelas costureiras da localidade com o objetivo de proteção dos pés. Auxilia no momento de frio e evita a picada de pragas.

tronco da árvore tinha uma cobra muita grande enrolada, corri de volta a vila e chamei o Manuel, e o seu Manduca, voltamos lá e matamos a cobra, ela tinha sete metros, e aproximadamente 45 cm de diâmetro, fizemos isso porque esses animais são perigosos para os caranguejeiros”³

Segundo Geraldo Mendes dos Santos e Ana Carolina Mendes dos Santos, (2005, p. 01), diferente da cata do caranguejo, a pesca “é considerada como toda atividade de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal ou mais frequente de vida e que seja ou não submetido a aproveitamento econômico”. Segundo estes autores;

A pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte. O próprio processo de colonização dessa região, desencadeado a partir dos séculos XVII e XVIII e centrado ao longo da calha do Solimões/ Amazonas e de seus principais tributários é, em certa medida, o reflexo da importância dos rios e dos recursos pesqueiros na vida do homem amazônico. Mesmo em épocas mais remotas, há cerca de oito mil anos, quando a região era explorada apenas pelos índios, os peixes já se constituíam em recursos naturais importantes para a manutenção das populações humanas (SANTOS & SANTOS, 2005, p.1).

A Pesca tem sido, por centenas de anos o meio em que as pessoas sobrevivem, retirando dos rios da Amazônia a principal alimentação. Na comunidade de Pedrinhas essa relação de dependência, entre o rio e o ser humano é visível, para muito considerado fonte de renda. Segundo Mendes e Mendes (2005, p. 3), “a hidrologia da bacia amazônica configura-se como um imenso complexo de rios, igarapés, lagos, canais e furos nos quais abriga cerca de 20% de toda água doce da terra”.

Na comunidade de Pedrinhas a pesca nas águas barrentas do rio Maracanã, pode ser classificada como pesca de subsistência, pois é destinada para a manutenção família. Os peixes comuns no rio Maracanã e consumidos pela população da vila de Pedrinhas, bagre, pescada amarela, dourada, gurijuba, piaba, tralhoto. Neste aspecto, os pescadores da comunidade, não contam com um aparato de ferramentas. Na maioria das vezes utilizam instrumentos rústicos e construídos por eles mesmos, por estarem a longas distâncias das cidades, ou de lojas especializadas. Isto contribui para que a pesca na região não se desenvolva, e perca em produtividade, não favorecendo a expansão desta atividade.

A imagem abaixo se refere a pesca de subsistência praticada ao longo do rio Maracanã.

³ Marcio da Cruz, 31 anos é caranguejeiro, filhos de pai e mãe paraenses natural de Pedrinhas. Narrativa escrita em julho de 2018.

FIGURA 9-Pescadores, vila de Pedrinhas.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2017.

Todos esses produtos se constituem a base alimentar e econômica, que juntos são considerados a sustentação da comunidade. Além desses produtos, outros fazem pirâmide alimentar, é o caso do milho, açaí, verduras e legumes entre outros que em sua grande maioria são plantados para alimentação familiar, também são itens que as famílias utilizam como possibilidade para o *Quinhão*.

Todos os produtos que engendram a economia e da subsistência local da vila de Pedrinhas, passam pelo fenômeno econômico, chamado *Quinhão*. Embora seja um movimento econômico, como será tratado posteriormente, está enraizado na cultura, na mentalidade da pequena comunidade, que se utiliza da experiência por diversas gerações, tornando-se um costume da população local. Trata-se de uma experiência considerada pela maioria como um direito e um dever dos que vivem naquela localidade, como observaremos no tópico adiante.

O QUINHÃO ENTRE DIREITO, DEVER E O ENSINO DE HISTÓRIA

A palavra *Quinhão* no dicionário Aurélio (2012, p. 126) está relacionada a algo que foi dividido, repartido. Entre seus sinônimos estão as palavras parcela, parte, quota. Algumas dúvidas emergem acerca da palavra *Quinhão*, como qual o significa para os moradores da vila de Pedrinhas? Pelo que se observa, o *Quinhão* é uma prática em rede

que os moradores locais realizam, como uma espécie de trocas de serviços em ferramentas, trocas de produtos em serviços, ou mesmo trabalho por itens necessários. No entanto, essas práticas não significam que não exista dinheiro em circulação, mas demonstra nuances de uma comunidade em que ainda existem práticas antigas.

Essa dinâmica social evidencia uma comunidade em que coexistem uma série de dificuldades estruturais por conta dessa condição econômica. Isto implica a construção de uma postura ética na prática do *Quinhão* entre as pessoas que moram na vila, como o respeito ao compromisso firmado. No caso, se reflete um tipo de direito que faz parte da mentalidade do povo da vila de Pedrinhas.

Existe uma ética na prática do *Quinhão* entre as pessoas que moram na vila, respeito ao compromisso firmado, um dever, um tipo de direito que faz parte da mentalidade do povo da comunidade. De acordo com Silva (2009, p. 279), “as mentalidades são aqueles elementos culturais e de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem. Ela é a estrutura que está por trás tanto dos fatos quanto das ideologias ou dos imaginários de uma sociedade”. Neste aspecto, a prática existente na comunidade faz parte do modo de viver, e no modo de pensamento das pessoas da vila.

O *Quinhão* para os moradores da vila de Pedrinhas, é um dever e um direito. Essa afirmação, é um reflexo dos relatos captados. Segundo Rosália Duarte (2004, p. 219),

tomar depoimentos como fonte de investigação implica extrair daquilo que é subjetivo e pessoal neles o que nos permite pensar a dimensão coletiva, isto é, que nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem (estabeleceram) no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa (participou), em um determinado tempo e lugar.

Assim, os relatos foram captados com objetivo de perceber as experiências, para isto segundo Duarte (2004, p. 215) as “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados”. Desta forma, foi possível observar a prática do quinhão, as pessoas que participaram da entrevista, são moradores e que se mantêm das práticas de subsistência.

Um exemplo, desse tipo de prática, está no uso de utensílios e ferramentas de pesca. Um dos relatos é de Aldenor Dias Furtado⁴. Ao ser questionado sobre o que seria o praticar do *Quinhão*, responde com vários exemplos.

É, o quinhão já vem dos antigos, hoje mudou de quinhão pra parte [...] o quinhão que eu entendo é assim: o seu pai de deu 5 reais, que eu vendi pra ele um abano e esse valor foi cinco reais, ai digamos que nesses cinco reais que ele me, deu não fica só pra mim, por que digamos que o material de alguém que tirou pra mim, digamos que eu não fui buscar o material, ai ele trouxe, ai e eu vendi pra ele e “vamo” dividir no meio, 2,50 pra cada, ai um quinhão mime um quinhão pra ele.

De acordo com Aldenor Furtado, o *Quinhão* é uma experiência antiga, praticada antes de seu nascimento, também conhecida como “parte”, assim existente a muito tempo entre os moradores da comunidade. Ao continuar o relato, explica que esta prática estaria presente também na produção da farinha.

Ai, a farinha como a senhora falou ainda agora, a farinha ela é o seguinte a gente vai pega, da senhora aqui, a mandioca né! Ela dá a mandioca pra nós, nos vamo faze a farinha, eu e você. Mas só que eu sou de uma família e você de outra, né? Ai eu lhe convido: Poxa, você quer me ajudar uma fazer farinha? A dona Ellen me deu umas mandioca, ai tu vai e me ajuda. Só que ai, nos vamo fazer a farinha, se der cinco latas, nos divide ai eu vou dividir com você, duas e meia pra ela duas meia pra mim, as duas e meia que fica pra mim eu vou dividir com você. Eu não posso em três partes as cinco lata de farinha, por que a roça e dela né, ai eu divido meio a meio com ela e o que sobra mim nós vamo dividir meio a meio com nós dois. Ai é que entra a palavra de quinhão.

Ao continuar as observações, evidenciou que o *Quinhão* é comum na pesca, estando, portanto, imbricada nas ações dos sujeitos. Esclarece de que de certa forma, acontece também durante a pescaria.

Ai nos vamo pescar! Levi bora dar uma pescada? Bora! Ele vai comigo ai chega lá na frente tem mais alguém pra ir e daí pega a canoa do vizinho, ai pode pegar o material do outro vizinho, a gente vai pega os peixes, quando chega vai dividir, quantos quinhão? Vamos dizer, vai eu o Levi, vai ser um quinhão pra cada, um quinhão da canoa, o quinhão da rede. É assim que é o quinhão! Até quem deu a canoa, é o direito por que é dele a canoa, eu não tenho a canoa, o que é quem vem restar. O Levi diz assim, bora dá uma pescada nós não tem a canoa, mas a senhora tem. Pede a canoa dela, e eu ai vou peço dela a rede. Um direito meu como trabalhador, e um direito meu como trabalhador e dela como dona.⁵

Ainda seguindo as observações de Aldenor Furtado, o *Quinhão* “é um direito aqui. Ele já tá sabendo, qualquer morador sabe não precisa nem falar. Ai você vai trabalhar. Todo mundo sabe disso. Eu já vou lhe explicar!”. Para nosso interlocutor, todos

⁴ Aldenor Dias Furtado, 60 anos, é agricultor e artesão, nascido em vila de Pedrinhas. Entrevista realizada em julho de 2018.

entendem a prática como o direito comum, gerando na comunidade uma rede de compensações, em que um ajuda o outro. Sobre a questão destaca:

Poxa, você tá pensando: eu vou comprar um caranguejo pra comer com feijão hoje, mas ela aí diz: não mais o vizinho pediu a canoa pra ir pro mangal. Ah, então mais tarde tem o caranguejo pra comer com feijão. Agente não comprar o caranguejo, a gente compra o arroz pra entear com o feijão. [...] de quinhão em quinhão vai chegando. [...] Porque assim, o quinhão como eu falei, ela vai me ajudar ela vai direito de ganhar uma parte ali, aí tu me ajudou tu vai ficar feliz né. Poxa, eu não tenho mandioca, mas o vizinho me convidou pra fazer a farinha da vizinha, e ele vai me dar uma lata.

Nessa comunidade, essa prática do quinhão não é considerada uma troca, como é caracterizado na fala do senhor Aldenor Furtado. No entanto, evidência a carência da falta de mão de obra, conhecimento de diferentes possibilidades na gestão dos recursos naturais, além de ferramentas necessárias para as mais diversas atividades, ora da agricultura ou pesca.

[...] o quinhão não é troca, digamos que o quinhão vai entrar assim, a canoa é comparado ao o seu computador, eu não tenho. Poxa! Me empresta teu computador pra mim fazer um trabalho? Ai você vai me empresta chega de tarde eu já ganhei o real em cima dele né? Ai vamo dizer que a minha diária com ele hoje foi 50 reais, claro eu vou lhe dar dez reais de ajuda, vou lhe gratificar com dez reais. Ai você vai dizer, poxa vizinho me deu, graças a deus 10 reais, eu tava precisando de 10 reais aí chegou na hora certa. Um ajudando o outro.

As formas de viver seguem um ritmo próprio de mudanças, elas mudam de acordo com a mentalidades dos indivíduos. No caso do modo de viver da comunidade, ainda guardam e mantem praticas antigas. Quando questionado sobre o tempo de existência do *Quinhão*, afirma:

Desde quando eu me entendi era assim, as pessoas, pagam desse jeito. Já é uma coisa que faz parte da gente! Se eu não tenho procuro quem tenha. Só que quando eu não tenho o material, eu vou ficar com quase nada. Por exemplo, quando eu quero pescar eu convido o “fulano” para ir comigo, mas eu não tenho a canoa, nem a rede, quando eu voltar da pescaria eu vou deixar o quinhão (uma quantidade da pesca da pessoa que me emprestou a rede, uma para a canoa, uma para a pessoa que foi comigo).

Nos relatos colhidos, é evidente perceber que entre os moradores a lógica do *Quinhão* está enraizada. Em outra fala, do agricultor Raimundo Silva⁶, também morador da comunidade. No caso, versa sobre o uso dos instrumentos e ferramentas utilizadas na roça desde a plantação ao processamento da farinha.

⁶ Raimundo Silva, de 55 anos, agricultor, natural da vila Pedrinhas. Entrevista realizada em dezembro de 2018.

Tudo aqui tem o quinhão, na hora de fazer a farinha a pessoa que não tem o “catitu”⁷, pode utilizar o meu, mas a cada saca triturada ela dá um quilo pra mim. Aqui é assim se você não tem o motor precisa dar o quinhão pra quem tem.”

As falas acima evidenciam que essa prática é comum e está ligada a manutenção de diversas famílias da vila, não podendo ser desconsiderada. Segundo, Paulo Farias⁸, 41 anos, agricultor, outra prática comum entre as pessoas é o chamado de *Convidado*.

“O convidado é quando o dono da propriedade convidado várias pessoas, pra ajudar a fazer o serviço, sendo que o dono tem a obrigação de oferecer o almoço, usa sua criação de patos, carneiro, galinha, porco, o que ele tem para oferecer, não tem dinheiro nessa relação, isso é baseada na troca de serviços, quando um do grupo precisa concluir todos vão ajudar”

Os relatos são fontes de conhecimentos e demonstram uma lógica de ajuda e compromisso em que ferramentas, força de trabalho, materiais e várias outras especificidades são ainda comuns em comunidades como a de Pedrinhas, contrapondo a toda lógica mercantil existente em várias outras realidades.

Embora pareça uma prática sadia de ajuda mútua gera dependência entre as pessoas, entre aquele que detém a ferramenta, ou seja, a canoa, a rede de pesca, a peneira para coar a tapioca, o forno para torar a farinha, o tipiti que é utilizado no processo da farinha d’água, ou aqueles que tem o material para o cultivo e as pessoas que não as tem, contribuindo para a estagnação econômica da maioria das pessoas da comunidade. Essa dinâmica social traz à tona, uma comunidade em que coexistem uma série de dificuldades estruturais por conta dessa característica econômica.

Essa estagnação econômica é evidente, quando para aquela pessoa que não tem as ferramentas, esta precisa dividir em várias partes, ou seja, o *Quinhão* como forma de pagamento, pelo aluguel ou serviço prestado, aquilo que produziu ora durante a pesca, ou na extração do caranguejo, ou mesmo na produção da farinha. A região amazônica é diversa em sentidos, sabores, cores entre tantas outras peculiaridades. Existe também várias formas de sobreviver dentro desse emaranhado de diversidade, assim não existe uma forma de vender algo, de comprar algo, o legado de trocas que existe na Amazônia e que remonta desde os primórdios ainda sobrevive de forma simples, é como se este estivesse passado por um processo de rupturas e continuidades.

No entanto, não é objetivo deste artigo compreender os problemas que geram essa prática para os que a mantêm, e sim perceber como estas, podem ser inseridas no

⁷ Instrumento utilizado pelos agricultores para triturar a raiz da mandioca, que dá origem a farinha.

⁸ Paulo de Assis Farias, agricultor, natural do Pará, Entrevista realizada em dezembro de 2018.

ensino de história. A transformação do Ensino de História é estratégica não só na luta pelo rompimento as práticas homogeneizadoras e acríticas, mas também na criação de novas práticas escolares. O objetivo do saber histórico escolar é constituído de tradições, ideias, símbolos e significados que dão sentido às diferentes experiências históricas.

No currículo de história há um imenso número de conteúdos abordados, assuntos muitas vezes pensados a partir de uma ótica eurocêntrica, ou que privilegia uma diversidade enorme, porém distante da realidade do aluno. Assim o aluno não se vê dentro do livro. Pensamos que a essas práticas regionais, são formas de viver de comunidade que precisam ser percebidas como uma possibilidade de ensino e aprendizagem. Neste aspecto, é necessária uma valorização nas aulas de história, pois os professores precisam estimular percepções sobre a importância desse espaço para a realidade local, bem como as relações que se desenvolvem entre os sujeitos.

Nem sempre os alunos e professores são estimulados a lançar olhares na história local, e convém explicitar que não é proposto nesse ensaio mudanças no currículo, porém cabe a reflexão de como a história local pode ser um viés rico em aprendizado, em possibilidade. Nesse sentido, podem surgir indagações como por exemplo, em que aspectos a prática do *Quinhão*, que ocorre em um vilarejo quase invisível no mapa, iriam ser interessantes para o ensino de história?

A história como disciplina, segundo Flavia Eloísa Caimi, *apud* Prats (2006, 2007), tem entre seus objetivos proporcionar uma compreensão do presente, daí o olhar sobre o passado e quando este é estudado, o presente se torna inteligível. Partindo da visão da autora o olhar sobre o passado, possibilita uma clareza sobre o atual, e conseqüentemente contribuindo a consciência histórica.

Para Schimdt e Garcia (2005, p. 301), “a consciência histórica tem uma função prática de dar identidade aos sujeitos e fornecer a realidade que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica”. Assim, entender a história local, é por sua vez necessário e faz parte da construção de identidade e de pertencimento do cidadão, e principalmente do aluno que, em fases iniciais está em construção de personalidade, pode a partir de então entender a dinâmica do espaço onde vive.

Na Amazônia, segundo a historiografia, sempre ocorreu a dinâmica de trocas, desde a colonização, o que é perceptível a continuidade dessas práticas que ocorriam no passado, no comportamento existente entre as pessoas. Assim, o *Quinhão* se apresenta como resquícios desse comportamento. Levando em consideração o enfoque da pesquisa

de Isabel Barca (1999, 359), em que ela afirma que “crianças, ou jovens e adultos apropriam-se de ideias sobre o passado em variados níveis de elaboração, não sendo a idade ou grau de escolaridade a garantia de conceptualização avançada. Neste aspecto, compreender a prática do *Quinhão*, torna possível olhar os nuances do passado dentro de sala de aula. Entender esse movimento faz com que os alunos percebam como se engendram as relações mesmo que a quilômetros de distância. Significa também que entender que muitas particularidades do passado ainda fazem parte do cotidiano da nossa sociedade, como continuidades que devem ser analisadas.

A partir da análise de práticas como essas, ainda presentes na realidade de diversas comunidades no interior do Estado é um passo para a visibilidade da história local e construção de identidade. Corroborando a isto, o alunado poderiam perceber que ao comprar um material que foi produzido em alguma comunidade como a de Pedrinhas, eles estão participando do processo produtivo.

A possibilidade de contato entre o aluno e a história local podem contribuir para a formação de um aluno pesquisador, crítico de sua realidade social, atendo as demandas que acontecem na sua região, suas peculiaridades. A história local permite ao aluno um conhecimento que estão além das páginas do livro didático. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais expressam que os conhecimentos culturais e da vivência de comunidades são fundamentais para serem desenvolvidos entre os aos alunos nas aulas de História. Conforme expressa o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

“Os currículos de Ensino Fundamental e Médio deve ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (Brasil, 2006. p.132.)

Quando consideramos o aspecto citado acima, pode-se pensar em várias formas em que o professor de história pode utilizar a história local, desde propor questionamentos, pesquisas, debates entre outras possibilidades. Um exemplo entre eles é propor questionamentos, de que forma algumas sociedades se estabeleceram perto de rios e se organizaram economicamente? Quais são os problemas observados? De que forma eles pensam o manejo das floresta e usos do rio? O quanto a comunidade ou sociedade reconhece sua importância? Assim, como destaca Alison Antomo Paim e Vanessa Picollf, (2007, p. 113),

Evidentemente, não se pretende acabar com a com a construção de uma identidade nacional. Pelo contrário, qualquer projeto de busca pela compreensão da memória nacional tem que considerar as diferenças regionais, e locais. Assim o que se quer é, justamente, destacar as diferenças locais e regionais, mostrando e valorizando não o que é genérico e sim o que é próprio, peculiar de cada local, possibilitando virem à tona os diferentes sujeitos com suas experiências, seus valores, crenças, seu modo de vida, enfim, com sua cultura.

Nas escolas, além dos inúmeros percalços estruturais que o professor enfrenta atualmente, existem outras dificuldades, uma vez que os conteúdos propostos estão além do olhar do aluno. Estes, por sua vez aparentam não ter interesse, pois entendem estar longe da sua realidade. Expressam que o conteúdo é obsoleto ou sem importância.

O professor dentro desse processo é um agente mediador importante na construção da criticidade, como sugere Flavia Caimi (2015, p. 12), em que, “para ensinar História não basta, por suposto, possuir conhecimentos históricos, ter formação pedagógica ou conhecer algo de psicologia da aprendizagem”. Em outras palavras, o professor precisa criar estratégias para este processo. Assim, a proposta pensada neste trabalho, como revelamos anteriormente, tem como objetivo expor uma possibilidade de aula em que a história local seja um viés para o aprendizado junto ao componente curricular, dentre tantas outras possíveis destaca-se adiante a experiência da história local no ensino de história no colégio Pequeno Príncipe.

A Escola fora seleciona pois, está já faz parte da minha trajetória na docência a quatro anos, e nesse percurso, foi possível perceber que se existe a necessidade de repensar em variadas formas de proporcionar o ensino e aprendizado nas aulas de história. Desta forma, a proposta foi desenvolvida em sala de aula, do 1º ano do Ensino Médio, na Escola Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe, localizada na rua Oscar de Souza; bairro; Distrito Industrial, cidade de Ananindeua. O colégio atende a um público de 800 crianças, do maternal ao primeiro ano do ensino médio, a estrutura do prédio conta com 19 salas de aulas, um quadra de esportes, sala de vídeo, e uma biblioteca. A maioria dos estudantes da escola, são moradores do entorno e levando em consideração essa característica, a grande maioria dos alunos do ensino fundamental, demonstram em suas falas que não conhecem a história do seu bairro, cidade ou estado.

Um dos exemplos desse desconhecimento em relação a cidade, bairro em que moram, está na fala de *Nicolas* aluno do 7º ano do ensino fundamental do colégio Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe, quando perguntado se saberia informar sobre a origem do nome da sua rua? O aluno afirma, “*“Eu não faço ideia! Não sei nem o nome da rua!”*” Essa percepção resultou em uma possibilidade para contribuir no processo de ensino e

aprendizado e fomentar o interesse dos alunos pela sua própria história e contribuir para o apreço da história local, ou conhecimento de especificidades da sua localidade. Atentando para as memórias coletivas, características e organização social, reafirmando assim, o papel da escola, professor e da comunidade estudantil em apreciar suas raízes.

FIGURA 09: Núcleo de Ensino Pequeno Príncipe.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018

A atividade consistiu em promover a história local dentro do conteúdo estudado, propondo a pesquisa de campo, entrevistas e observação no bairro onde eles moram, realizar o *link* entre as práticas da comunidade de Pedrinhas e as que se fazem nos espaços urbanos, ou seja, na feira do distrito. A estratégia pensada resultou em sobrepor essas informações, ou seja, relacionar os conteúdos ministrados em sala, e desta forma, pensar o próprio espaço e fazendo nele um recorte sobre sua própria construção histórica, não ignorando o currículo, mas dialogando com ele, produzindo a aproximação entre o assunto elencado e história local. Assim, o aluno teve a possibilidade de apreender a partir da vivência, realizando comparações a partir do seu olhar.

O conteúdo privilegiado corresponde ao tema “a feira e o trabalho na Idade Média”. Este assunto, pode ser além de compreendido e problematizado, os livros didáticos trazem a perspectiva refletida da historiografia sobre a feira e sua importância no final da Idade Média, bem como evidenciam a dinâmica de trabalho, a evolução das técnicas nesse período. A partir desta análise, pensou-se de que forma era possível aproximar estes conhecimentos, para torna-los conteúdos visíveis ao aluno, retirando um ensino pautado em um conteúdo que estão além da realidade dos discentes, para promover um conhecimento sobre a cultura econômica existentes no nosso estado e compara-los a realidade vivenciada por eles.

Segundo, Schmidt e Garcia (2005, p. 299), a “aula deve ser um espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar”. Com a atividade foi possível perceber que cada indivíduo traz consigo suas bagagens de experiências, e o trabalhar com estas, transformou a aula num espaço de compartilhamento. Em que além de participar, os alunos expuseram suas histórias e de suas famílias, criando assim um sentimento de pertencimento, a identidade.

Considerando as observações anteriores observa-se que é possível chegar ao objetivo da história, quando se remete ao estudo das humanidades, entender que todos tem história e participam dela, sendo este um dos alvos da atividade desenvolvida com os alunos, contudo entende-se que não é uma tarefa fácil ao professor utilizar a história local, essa dificuldade advém de vários percalços estruturais, é possível citar a falta da história local no conteúdo no currículos dos livros didáticos e sistemas de ensino, em que se privilegiam a história europeia, deixando a história do Brasil marginalizada ou como um continuação da europeia, e a inexistência de aspectos regionais, ou da cidade onde vivem. Portanto, trabalhar com a história local exige do professor, que ele também seja pesquisador, além de propor formas, métodos, estratégias que permitam a sua utilização e está contribua de forma positiva ao aprendizado. Nos parágrafos adiantes será exposto uma das atividades realizadas em sala de aula, levando em consideração a história local.

Durante o mês de maio de 2018, várias atividades entre elas foram utilizadas a história local, e o cotidiano como ferramentas para o desenvolvimento do ensino de história. Os alunos foram previamente solicitados a desenvolverem uma pesquisa bibliográfica, sobre o trabalho na Idade Média, conceitos, tipos de trabalho. A pesquisa poderia ser em sites, livros ou em outras fontes que fosse de fácil acesso, e deveria ser escrita no caderno para a socialização em sala de aula.

Em sala de aula, durante o momento subsequente, foram contemplados temas sobre a Idade Média: o trabalho, a produção, servidão, modos de viver desse período, o objetivo do conteúdo é promover um conhecimento sobre o desenvolvimento da trabalho, a importância da feira para a sociedade da Europa nos finais do século XIV. Assim, expor uma realidade do estado, comunidade e do bairro em que moram foi uma maneira de adentrar a esse conteúdo a partir da análise da realidade local.

FIGURA 10: Socialização da pesquisa



Fonte: arquivo pessoal da autora 2018

Em seguida, conheceram através da exposição de vídeos e fotografias a comunidade de Pedrinhas, como um exemplo de análise da história local, além desses ouviram áudios captados durante a pesquisa sobre a prática do *Quinhão*, como ela acontece e de que forma as pessoas trabalham, para perceber o processo produtivo, além de produtos que fazem parte da região amazônica, e apresentação de vídeo sobre o processo de feitura da farinha d'água. Com isso, compreenderam através das ferramentas de mídia as especificidades da comunidade e estabelecendo a comparação das mentalidades ora da Idade Média ou da atualidade, as dificuldades a que a comunidade estão expostos.

O objetivo da atividade em sala de aula, era compreender o tema proposto pelo currículo da escola, contemplando um viés diferente: a história local, neste caso privilegiando a história da localidade de Pedrinhas, conhecendo as práticas costumes e economia através de relatos dos moradores, dos vídeos do processo produtivo, e fotografias. Em outro momento eles foram convidados, a participar a uma visita na feira do bairro do Distrito Industrial, com o objetivo de perceber as diferenças, os processos produtivos, as continuidades e as rupturas além de a perceber a dinâmica do lugar em que vivem. A observação das atividades econômicas, as formas de comércio, os produtos comercializados, as origens destes materiais vendidos, assim como a relação destes comerciantes com os espaços rurais também foram considerados.

Durante a visita a feira, os alunos puderam através das entrevistas com pessoas, perceber o processo econômico de compra e venda, ou produção de itens. Perceberam a

riqueza da feira, enquanto vivências e histórias e com isso, puderam analisar aspectos da que norteiam a vida rural e urbana de uma forma significativa e palpável. Alguns alunos perceberam além das dinâmicas diferentes as contradições, ora criticando e questionando, fazendo comparações das várias situações, entre eles a venda dos produtos pelas grandes empresas e as dificuldades do pequeno agricultor que muitas vezes não tem possibilidades de ascensão econômica, ainda assim sendo o grupo que sustenta as comunidades do Estado do Pará.

FIGURA 11: Visita a feira do Distrito Industrial, Ananindeua.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

A conversa com as pessoas entrevistadas pelos alunos, foi crucial para compreensão, ou seja, a partir das vivências percebidas, fator que pode ter um papel na contribuição da formação da consciência histórica, relacionando o seu papel dentro da sociedade. Segundo Schmidt e Garcia (2005, p.302),

Essa articulação entre a história vivida e a história percebida é uma das mais difíceis tarefas na relação ensino-aprendizagem da história, particularmente porque o conhecimento histórico veiculado nos e pelos manuais didáticos é, como aponta Cleveland (1991), um conhecimento impessoal, anônimo e desvinculado da prática.

Os alunos durante essa atividade, deixaram de ser apenas meros expectadores dos conteúdos em sala de aula, para construir conhecimento, fazer parte do processo do fazer histórico, através do cotidiano e de suas próprias experiências, e percebendo a história como protagonista, ciente da sua participação. Embora afastados por quilômetros da comunidade de Pedrinhas, os alunos puderam perceber que estão ligados as maiorias as pequenas comunidades. Entenderam como a base de uma sociedade está ligada também

as pequenas comunidades, que estas possuem um valor para a sociedade, e por muitas vezes são ignoradas e afastadas das políticas públicas, ou mesmo com a falta de acesso a saúde e educação, saneamento básico. Além de não contarem com suportes de crescimento e assim chegar ao desenvolvendo pleno de suas atividades agrarias, pastoris, extração de caranguejo. Os moradores estão em muitas vezes presos em laços como o caso do *Quinhão*, e não possuem meios para desvencilhar de tais práticas por desconhecimento.

FIGURA – 12: Entrevista com feirantes.

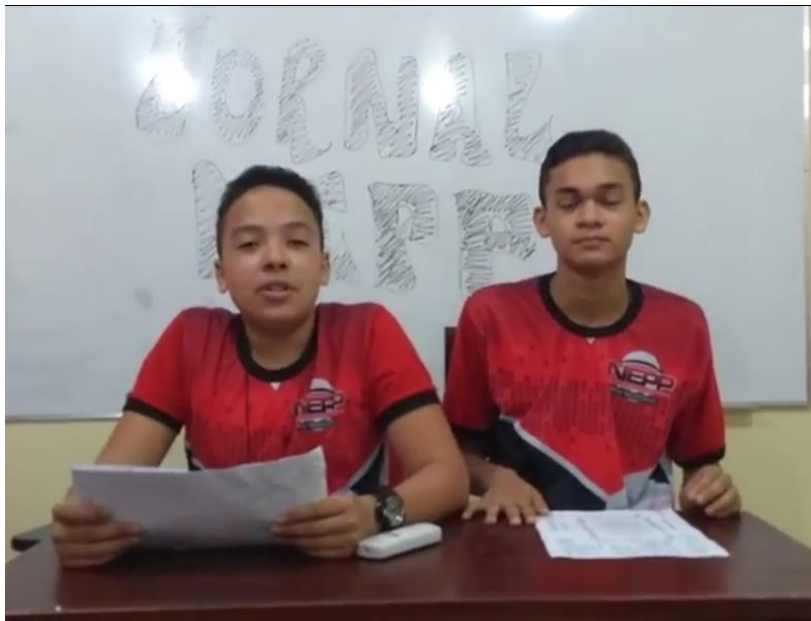


Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

Como resultado do trabalho, foi possível despertar neles o interesse sobre a disciplina e fazê-los compreender sobre a profundidade e importância de perceber as dificuldades de produção das pessoas da comunidade de Pedrinhas, ou da sua própria comunidade, desde a venda e compra dos produtos na cidade na feira bairro do Distrito Industrial, ligando essa atualidade ao tema que fora visto em sala de aula. Desta forma, “esse conhecimento do passado pode ser articulado em diversas situações de aula, com outras formas de conhecimento histórico” (SCHIMDT & GARCIA, 2005, p. 302).

A figura 13 demonstra um dos resultados da atividade, que permitiu a produção de vídeo jornal, que fora apresentado aos alunos do 9º ano da mesma escola, em que evidenciavam como a economia se organiza na atualidade, bem como perceber as diferenças entre hoje e o passado. Como fonte de pesquisa, destacam-se a feira do bairro em que vivem e a história do cotidiano dos sujeitos, e a análise das práticas do *Quinhão* em Vila de Pedrinhas.

FIGURA -13: Jornal escolar.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

Nesta atividade foi possível perceber e analisar rupturas e permanências, perceberam os sujeitos do processo que envolvem, desde o fazer até chegar ao comprador ou consumidor final, e perceber que todas as pessoas participam da história e são sujeitos. Assim, foi também possível perceber o que as autoras Schimdt e Garcia citam, quando se utilizam suas próprias experiências.

Confrontando conteúdos encontrados nos livros e manuais com outros por eles em atividade de captação, alunos e professores podem se apropriar de procedimentos que fazem com que tomem consciência de que o sentido do passado não se encontra somente na perspectiva da continuidade, mas também na da mudança (SCHIMDT & GARCIA, 2005, p. 304).

Segundo Schimdt e Garcia, os alunos e professores ao participarem destas atividades, podem aprender e ensinar que a história está também presente no agora, e que mudanças fazem parte do processo construtivo. Contudo, através da história local pode-se aproximar as diversas realidade, as diferenças, as mudanças, rupturas ou continuidades. É possível e vasto o uso da história local em sala de aula, ensinar ética, direito, a própria história na análise do capitalismo. A valorização do cotidiano é uma dentre muitas possibilidades, e que não pode ignora sua utilidade, e nem medir o potencial rico e favorável ao ensino e aprendizagem. Importante lembrar, segundo Ana Maria Monteiro (2007, p. 10), “professores e alunos são sujeitos, portadores de visões de mundo e interesses diferenciados, que estabelecem relações entre si com múltiplas possibilidades de apropriação e interpretação”. Desta forma, o conteúdo que for ensinado em sala de aula, será mais um conteúdo se for apenas passado sem o cuidado de dar a ele um sentido

para os alunos, correndo o risco de ser apenas um recorte do passado, um passado que ele nunca viveu. Essa missão de formar um sujeito construtor de conhecimento e de saber histórico, exige do professor ou do futuro professor que trace o caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ensino e aprendizagem deve ser um campo que produza acima de tudo o conhecimento, e que traga não respostas e sim o apego pela dúvida, pelo questionamento. Desta forma, o professor estará superando o método tradicional, que na disciplina história se constituía na reprodução de fatos, datas, grandes feitos, ou mesmo os grandes nomes, excluindo os sujeitos e as massas.

A trajetória da educação do ser humano deve culminar no alvo fim que é: formação de um ser pensante, ou seja, a formação de um aluno crítico, que compreenda sua realidade e saiba criticá-la. Desta forma, o ofício do professor de história é demasiadamente importante para essa construção.

A forma que o professor flexiona o saber pode resultar em grandes descobertas para ambas as partes. Levar em conta a realidade do aluno para além da sala de aula é de suma importância no processo de ensino aprendido, e a história local é uma possibilidade em que aprender a partir da sua região. Isto pode ser o diferencial para o processo.

Professores e aluno podem escolher juntos, a maneira profícua de alcançar esses objetivos, e assim os resultados que poderão ser vistos estarão além dos boletins, na construção de um ser humano melhor, muito mais compreensível de sua realidade.

A experiência do *Quinhão*, como se observou, para além de apresentar as formas e vivências sociais de uma comunidade no interior do Pará, expressa ainda uma possibilidade de aproximação com o universo de alunos que tem no ambiente urbano sua experiência de vida, como os alunos do bairro do Distrito Industrial de Ananindeua. Para um elemento conclusivo destaca-se, que a partir da experiência do *Quinhão* e do conhecimento da vivência de vilas rurais, os alunos dos centros urbanos passam a perceber espaços diferentes e com possibilidades de aprendizagens, com experiências que mesclam o espaços das cidades e os espaços agrária.

O *Quinhão* e a vivência de experiências dos moradores podem se transformar em estratégias significantes de aprendizagens.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia Maria. *Processos de construção do saber escolar. In: História e Ensino*, Londrina, v. 11, jul. 2005, p. 25-33.

ANTOMO, PICOLLF, Elison Paim; Vanessa " *.Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios*. HISTÓRIA & Et;mo. Londrina, v.13, p.107-176, set.2007 pag. 113

ARRUDA, Gilmar. *O chão de nossa história: natureza ambiental e identidade*. Patrimônio e Memória, v.2, n.2, p.110 -125, 2007.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, MEC, 1988.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de História e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FV, 2011. p. -128.

CORREIA, Augusto Manuel. *A agricultura familiar versus agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP*. Instituto superior de agronomia, universidade de Lisboa, 2013.

DUARTE, Rosália. *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. P.126

SANTARÉM NOVO. História de Santarém Novo. In: http://www.santarem-novo.pa.gov.br/pg_historia/pg_historia.php?access=26/07/2018. Acesso em agosto de 2018.

LAVILLE, Cristian. *A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*. Revista Brasileira de história, São Paulo, v.19, nº38, p. 125-138. 1999.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento*. In: *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. São Paulo/Campinas: UNICAMP, 2003.

MODESTO, ALVES Moises de Souza; Raimundo Brabo. *A cultura da Mandioca*. Embrapa, Brasília, v.1, p. 12-68. 2016.

MONTEIRO, Ana Maria F.C. Capítulo III. *Os saberes que ensinam: o saber escolar*. & Capítulo IV: *A história ensinada: construções conceituais, analogias e temporalidades*. In: *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp. 81-112. & pp. 129-144.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale; MANESCHY, Maria Cristina Alves. *Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua*, Bragança, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 129-143, jan.-abr. 2014

PELEGRINE, Sandra C, A. *Cultura e Natureza: os desafios das Práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. Ver. Bras. Hist., São Paulo, v.26 n. 51, p.115-140, junho 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tania M. F. Braga. *A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história*. Cadernos CEDES (impresso), Campinas, São Paulo, v. 67, n.1, p. 297- 308, 2005

SILVA, Kalina Vanderlei . *Dicionário de conceitos históricos* / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009. p.279

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldina Tursi. *Historia local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia*. Antíteses, vol 3, n. 6, jul-dez. de,2010, p. 743-748.